

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 10 de fevereiro de 2023 às 08h00
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Pirataria

Anatel determina o bloqueio de 5 milhões de transmissões piratas no país	3
--------------------------------------------------------------------------------	---

Jota Info | DF

Marco regulatório | INPI

Compartilhamento de dados entre INPI e escritórios internacionais acelera análise	5
-----------------------------------------------------------------------------------------	---

Metrópoles Online | DF

Patentes

Indústria farmacêutica repudia MP das agências reguladoras: "Desmonte"	7
------------------------------------------------------------------------------	---

GUSTAVO MORENO

Migalhas | BR

Marco regulatório | INPI

Uso de marcas por advogados	8
-----------------------------------	---

PEDRO MARCOS NUNES BARBOSA

Anatel determina o bloqueio de 5 milhões de transmissões piratas no país

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) anunciou nesta quinta-feira (9) ações de bloqueio dos aparelhos clandestinos de transmissão de sinal de conteúdo por assinaturas -- as conhecidas "TV boxes" piratas no mercado paralelo popular. O bloqueio remoto deve afetar cerca de 5 milhões conexões ilegais e o órgão disse também ter apreendido mais de 1,4 milhão de dispositivos ilegais.

Anatel confirma que TV box pirata pode permitir ataques e roubo de dados Anatel quer bloquear IPs sem aval da Justiça no combate a TV boxes piratas

O bloqueio remoto dos equipamentos não homologados vai acontecer nos próximos dias, por meio das prestadoras de serviço de **internet**. O corte será feito a partir de servidores que quebram senhas e acessam o conteúdo para transmitir o sinal para as TV boxes.

"Por meio de toda uma solução tecnológica, serão bloqueados os servidores, os computadores que distribuírem a chave para quebrar o código dos conteúdos (das TV). A ideia é não permitir a conexão entre esse servidor e esses milhões de dispositivos. Quando o consumidor perceber que aquela caixa de R\$ 400 não abre nada, ele vai parar de usar e jogar fora. Isso é um grande desafio", disse o presidente da Anatel, Carlos Baigorri, segundo O Globo.

De acordo com a Anatel, as medidas são para preservar a segurança da rede, e a ação tem como alvo a assinatura única de identificação dos dispositivos conectados à **Internet** ou redes locais, o IP. Vale destacar que essa medida, segundo a agência, mira somente os equipamentos não homologados -- ou se-

ja, não devem afetar os IPs legítimos.

A agência disse também ter apreendido de 1,4 milhão de TV boxes ilegais, com valor estimado de quase R\$ 400 milhões, como parte da ação contra a **pirataria** do Plano de Combate ao Uso de Decodificadores Clandestinos. Essa medida foi realizada a partir da fiscalização da oferta desses produtos na **Internet** e em feiras populares.

Prejuízos das TV boxes piratas e riscos à segurança

Segundo a Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, o impacto da **pirataria** na TV por assinatura gera prejuízos em torno de R\$ 15 bilhões, valor estimado da violação de sinais de TV a cabo ou de vídeo sob demanda protegidos por **direitos** autorais.

Além disso, há o risco de cibercrimes a partir dos dispositivos piratas. A Anatel disse ter identificado diversas vulnerabilidades em equipamentos de TV box não homologados. Se um invasor conseguir o controle das caixinhas ilegais, eles podem roubar informações da rede, inclusive de outros aparelhos conectados, a exemplo de celulares.

Além de roubar dados e informações dos usuários, a exemplo de registros financeiros, senhas e fotos, os invasores podem instalar malwares que podem infectar outras máquinas da rede -- o que deixaria mais aparelhos e dispositivos à mercê de cibercriminosos e facilitaria a disseminação de pragas para contatos das vítimas.

Trending no Canaltech:

Continuação: Anatel determina o bloqueio de 5 milhões de transmissões piratas no país

Quais as maiores pepitas de ouro já descobertas no Brasil e no mundo? Xiaomi lança walkie-talkie com alcance de 5 km e bateria para até 120 horas Qual é o melhor celular bom e barato? Android 14 | Todas as novidades e o que esperar da atualização JBL Tune Flex chega ao Brasil com formato híbrido e 32 horas de bateria Lançamentos da HBO Max na semana

(08/02/2023)

+Os melhores conteúdos no seu e-mail gratuitamente. Escolha a sua Newsletter favorita do Terra. !

Compartilhamento de dados entre INPI e escritórios internacionais acelera análise

Especialistas destacam que qualidade do exame de patentes permanece e avaliam que método aumenta eficácia do trabalho. Conteúdo Patrocinado Este texto foi elaborado e/ou editado pelo patrocinador

Desde o fim de 2019 até 2022, a fila de pedidos de **patentes** pendentes de análise no Brasil encurtou em 90%, segundo o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (**INPI**). Para colocar em prática o plano de "combate ao backlog", o instituto começou a trabalhar de forma mais integrada aos escritórios internacionais de **patentes**. Com isso, o **INPI** passou a utilizar mais as informações dos órgãos de outros países quando se depara com um pedido de **registro** de patente que já foi feito fora do Brasil.

Alexandre Dantas Rodrigues, diretor substituto de patentes do **INPI**, afirma que a medida, que tem sido exitosa, foi feita para evitar o "retrabalho". E destaca que a independência dos técnicos do **INPI** para fazer a análise segue soberana.

Na prática, quando um escritório estrangeiro defere ou indefere um pedido de patente, os documentos que motivaram a decisão são publicados. Entre eles está, por exemplo, a informação de que aquela patente solicitada era ou não inédita. O que o **INPI** passou a fazer foi, ao se deparar com um pedido, buscar se outros países já decidiram sobre ele e o que há de informação sobre essa solicitação. "A gente pode perceber que o resultado divulgado em outro país é útil para a nossa resolução. A grande vantagem é acessar os resultados de busca disponíveis e diminuir o tempo para tomada de decisão, mas sempre mantendo a soberania de cada país. É uma prática comum e que é fomentada entre os países", afirma Rodrigues.

Ricardo Sichel, procurador aposentado do **INPI** e professor de Direito da UNIRIO, aponta que esse tipo de compartilhamento de informação é essencial, porque os escritórios internacionais recebem mais pe-

didados de **patentes** do que o Brasil - e, por isso, têm maior quantidade de informação em seus acervos. "O escritório japonês e os europeus, por exemplo, abrangem uma quantidade de documentos muitas vezes maior do que a gente tem aqui. A China recebe quase 1 milhão de pedidos por ano. Os EUA 500 mil por ano, e o Brasil 25 mil. Onde é que tem mais documentos para examinar a tecnologia? Nestes lugares", afirma.

O diretor substituto de patentes do **INPI** diz que uma crítica que poderia ser feita nessa utilização de informações já produzidas por outros países é em relação à independência da decisão dos técnicos brasileiros, mas garante que isso é indiscutível. Para ele, a adoção desta metodologia não afetou em nada o nível de qualidade na análise, que é compatível com outros países. "Não temos receio disso porque os países mantêm a soberania, isso é uma coisa indiscutível, na decisão. A gente não está vinculando ao que foi estabelecido no exterior, estamos otimizando o tempo de análise", aponta.

Liane Lage, pesquisadora do **INPI** aposentada e ex-diretora de **Patentes**, Programas de Computador e Topografias de Circuitos Integrados, explica que essa busca em sistemas de outros países é feita em diversas bases de dados pagas, algumas mais generalistas e outras específicas de acordo com a área da **patente**. É possível buscar em todos os países que são signatários do Acordo TRIPs, um documento internacional que trata sobre direitos de propriedade intelectual em todo o mundo.

O **INPI** faz uma busca em bases de dados para verificar o que há sobre o mesmo tema anteriormente à data de depósito da patente, e quanto melhor a base de dados, mais chances há de encontrar matérias anteriores. "E se tiver algo já sobre aquilo, não vai ser patenteadado. O processo de exame, ele pega o pedido, verifica qual é a matéria, classificação, pa-

Continuação: Compartilhamento de dados entre INPI e escritórios internacionais acelera análise

lavras-chaves, ele vai fazer uma busca de anterioridade na base de dados. Mas a decisão de deferir ou não fica sempre a cargo do examinador", pondera. "Mesmo o pedido que tenha sido decidido positivamente, se o examinador achar que não é o caso, ele fundamenta e nega", acrescenta Lage.

Ela também destaca que as patentes deferidas pelo **INPI** têm tanta qualidade quanto as que foram decididas lá fora, e que prova disso é que não houve aumento proporcional nas nulidades e recursos contra decisões do órgão. "O prejuízo que o país tem por ter um atraso de 10, até 14 anos no exame de uma patente é infinitamente maior do que o prejuízo por um erro que pode acontecer, de deixar alguma coisa passar na busca, sendo que a Lei da Propriedade Industrial define que qualquer terceiro pode entrar com subsídios [documentos] para provar que já tem uma patente que está sendo pedida, e o examinador vai observar isso", diz.

A pesquisadora explica, inclusive, que todos os pedidos que tinham esse tipo de documentação não entraram no projeto de combate ao backlog, e passaram por exame de modelo convencional. "Tudo que precisava de regulamentação da **Anvisa**, ou modelos de utilidade, não entrava no fluxo do combate ao backlog. E a gente teve o cuidado de observar se houve aumento de recursos, de nulidades. Houve aumento porque aumentou o volume de decisão, mas a proporção não mudou", destaca.

Trâmite prioritário

A parceria entre **INPI** e escritórios internacionais

não se restringe apenas às pesquisas que podem ser realizadas. Há também acordos entre os países, chamados Patent Prosecution Highway (PPH), que visam acelerar o processo de **concessão** de patentes. Com eles, solicitações de patente já examinadas e consideradas viáveis em um dos países participantes são examinadas mais rapidamente pelo **INPI**.

Os órgãos de Propriedade Intelectual dos seguintes países são parceiros no acordo PPH: Áustria, Chile, China, Colômbia, Coreia Do Sul, Dinamarca, El Salvador, Equador, Espanha, EUA, União Europeia, França, Japão, Paraguai, Peru, Portugal, Reino Unido, República Dominicana, Singapura, Suécia e Uruguai.

Um mesmo pedido depositado no Brasil e nos Estados Unidos, país com o qual o **INPI** tem acordo, e que seja deferido pelo United States Patent and Trademark Office (USPTO), deve ter o exame priorizado no Brasil.

"O depositante solicita uma priorização baseada no deferimento do pedido feito nos Estados Unidos. Para isso, ele precisa fazer ajustes para que tenha o mesmo quadro que foi deferido nos EUA. Isso já facilita a análise aqui. Sempre que o pedido é decidido fora, ele tem que ter o mesmo quadro apresentado também no **INPI**. Então, este exame vira prioritário. É uma modalidade dentro de um programa que o **INPI** tem de trâmite prioritário", explica Rodrigues.

Juliana Matias Mariana Branco

Indústria farmacêutica repudia MP das agências reguladoras: "Desmonte"

Um documento assinado por associações ligadas à indústria farmacêutica traz manifestação contrária à Medida Provisória 1.154/2023, em trâmite na Câmara, que busca submeter as agências reguladoras a conselhos ligados a ministérios e secretarias, o que poderia ocasionar desidratação e politização dessas autarquias. "Desmonte do arcabouço regulatório brasileiro", diz a nota.

O manifesto é assinado pela Aliança Brasileira de Indústria Inovadora em Saúde (Abiis), Associação Brasileira de Indústria de tecnologia para saúde (Abimed), Grupo FarmaBrasil, **Interfarma** e Sindusfarma. A preocupação dos signatários está relacionada com a cooperação e reconhecimento internacional da **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**) e parcerias com outras reguladoras externas para o intercâmbio de tecnologias e informações.

"Esse reconhecimento fortalece a soberania nacional e facilita a inserção de nossos produtos no mercado mundial. Ademais, a maior harmonização dos requisitos técnicos brasileiros com as melhores práticas internacionais possibilita maior celeridade na análise dos pedidos de registro e amplia o acesso da população brasileira, inclusive, às tecnologias mais avançadas disponíveis no mundo", diz o manifesto.

"Suas decisões são tomadas com base em evidências, à revelia de pressões externas, o que aumenta sua credibilidade e sua confiança perante a sociedade, em defesa da saúde pública, a exemplo do vivenciado na pandemia de Covid-19", completa o texto. De acordo com os signatários, a aprovação da MP representaria um desmonte do arcabouço regulatório brasileiro, acarretando em insegurança jurídica para o setor de saúde e prejudicaria a previsibilidade de ações e investimentos no país. "Enfraquecer a autonomia da **Anvisa** é desconsiderar todo um conjunto de esforços já efetuados pelo Estado brasileiro para garantir um controle sanitário eficiente, com resultados comprovados e coerentes com as nossas necessidades."

"Nesse sentido [] se aprovada e incorporada a eventual Projeto de Lei de Conversão, desencadeará enorme desestabilização do mercado de saúde no país e colocará em risco a população brasileira. A transferência da competência regulatória da **Anvisa** para um Conselho representará um retrocesso nas políticas de regulação e controle sanitário, razão pela qual as entidades que subscrevem esta nota manifestam-se pela sua rejeição", ressalta o documento. Veja a íntegra do manifesto: 2023.02.08 - Manifesto em Defesa das Agências Reguladoras (v-final) by Carlos Estênio Brasilino on Scribd

Uso de marcas por advogados

Uso de marcas por advogados Pedro Marcos Nunes Barbosa e Ronaldo Cramer Com a perigosa diminuição das distinções regulatórias entre a empresarialidade e a não-empresarialidade no exercício das profissões liberais, majorando-se a litigância sobre contrafação de marcas e a atuação de sociedades de advogados. quinta-feira, 9 de fevereiro de 2023 Atualizado às 07:50 Com-partilharComentarSiga-nos no A A

A atuação de advogados como representantes, postulantes dos interesses alheios é algo consagrado pela história e pelas boas tradições democráticas. Quando pleiteia perante a administração pública (**INPI**) a constituição de direitos de propriedade industrial, o advogado exerce uma das suas faculdades profissionais mais caras: o direito de petição (art. 5º, XXXIV, "a" da CRFB).

Â Curiosamente, se os escritórios de advocacia especializada em propriedade intelectual podem ter parcela relevante de sua receita advinda da postulação de pedidos de registro de marcas alheias, reivindicações em nome próprio podem encontrar barreiras jurídicas. Por exemplo, é conhecida a posição do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/SP quanto à vedação¹ às sociedades de advocacia pedirem ao **INPI** para registrar marca que coincida com sua designação societária.

Como sabido, a forma societária adotada pela associação de advogados para o exercício da mesma atividade fim, com o escopo em comum é a de sociedade simples (art. 997 e seguintes do CC/02). Em outras palavras, é a (i) não empresarialidade do exercício do múnus, bem como (ii) o personalismo² da atuação dos sócios que distingue tal reunião societária daquilo que, corriqueiramente, se concebe na indústria ou no comércio.

É bom lembrar que, conforme o art. 2º, inciso I, do provimento 112/06 do CFOAB, a razão social da sociedade de advocacia deve conter, necessariamente,

os nomes ou sobrenomes dos advogados integrantes do escritório. Não precisam ser os nomes ou sobrenomes de todos os sócios, mas apenas de parte deles ou, até mesmo, de um dos sócios. No entanto, de acordo com a mesma normativa, a razão social pode manter o nome ou sobrenome de um advogado após o seu falecimento, desde que haja previsão anterior no contrato social.

De outra monta, com o crescimento expressivo do número de inscritos junto à OAB, superando os 1.300.0003 (um milhão e quatrocentos mil) em 2023, somado ao advento das redes sociais, nota-se como a comunicação junto ao público (clientes ou potenciais clientes) foi modificada. Algumas práticas pouco ortodoxas, aliás, denotam: (a) diversas condutas heterodoxas em redes sociais por parte de causídicos; (b) perfis de ostentação de consumo ou de exibição patrimonial; (c) busca inescrupulosa por atenção, com direito a dancinhas e coreografias esquisitas⁴; (d) conteúdo audiovisual com produções caras e uso de linguagem divorciada do vernáculo; e (e) até trailer da rotina profissional do advogado, visando a seduzir os potenciais clientes. Diante da banalização de exemplos esdrúxulos, a OAB resolveu alterar os parâmetros regulatórios do que se chama de "marketing jurídico".

No provimento 205/21, a OAB passou a admitir a publicidade profissional, desde que seja com caráter informativo, descrição e sobriedade, sempre com respeito aos preceitos do Código de Ética e Disciplina da Ordem. Assim, por exemplo, o referido Provimento tolera formas de comunicação ativas e passivas nas redes sociais, sem que a postura serena e altiva⁵ ínsita à profissão dos advogados seja abdicada. Tal Provimento, todavia, nada prescreve sobre o uso do registro de marcas em favor da sociedade de advogados ou do advogado que exerce, individualmente, o seu mister.

É neste contexto transformativo das interlocuções profissionais na advocacia que um interessante caso

foi dirimido pelo Judiciário estadual bandeirante⁶. Em síntese, uma das companhias aéreas intentou pretensão compensatória e inibitória contra uma sociedade de advogados. A causa de pedir fundava-se no fato de que determinada sociedade de causídicos estava realizando comunicação ativa em busca de clientes, citando expressamente o sinal distintivo da companhia aérea, para demonstrar que tinha expertise em ações contra essa empresa. Ou seja, ao apresentar seus serviços, a sociedade especificava que detinha experiência em litigar contra a empresa de aviação e buscava clientes para fazê-lo.

Seria tal menção à marca da sociedade empresária um ilícito pela lei 9.279/96? Por unanimidade, o órgão fracionário do TJ/SP compreendeu que o princípio da especialidade (art. 131 da LPI) delimitava a eficácia da oponibilidade erga omnes (do direito de propriedade) ao mero núcleo concorrencial. Ou seja, não constituindo relação de concorrência entre a sociedade simples (advocacia) vs. a sociedade empresária (aviação), a coerção da propriedade da marca não incidiria⁷.

Quando o **INPI** constitui o direito de exclusividade sobre determinado signo de marca, reforça-se, tal não outorga um monopólio sobre a língua (art. 13 da CRFB) que segue sendo bem público imaterial de uso comum (art. 99, I, do CC/02). Ou seja, é possível que não-titulares façam menção à marca, havendo maior liberdade de expressão fora do contexto concorrencial do que dentro dele.

De outro lado, não passou despercebido pelo TJ/SP que a forma comunicativa utilizada pela sociedade de advogados (de, ostensivamente mencionar a expertise em litigar contra o futuro réu) era apartada da postura esperada de causídicos⁸. Em outros termos, se o agir pouco virtuoso do escritório estava fora do campo da violação ao direito de **propriedade** industrial, o mesmo não poderia ser dito a respeito de eventuais vilipêndios ao Estatuto de Ética da Advocacia e à própria lei 8.906/94 - mesmo com a inovação do provimento 205/21.

Com a perigosa diminuição das distinções regulatórias entre a empresarialidade e a não-empresarialidade no exercício das profissões liberais, casos como o narrado tendem a se tornar mais corriqueiros, majorando-se a litigância sobre contrafação de marcas e a atuação de sociedades de advogados. Como lição útil a evitar a incômoda percepção de um mandado de citação em demanda compensatória desta sorte, úteis são as palavras do maior advogado brasileiro⁹ (ao menos da virada do século XIX para o século XX): "Não fazer da banca balcão, ou da ciência mercatura. Não ser baixo com os grandes, nem arrogante com os miseráveis. Servir aos opulentos com altivez e aos indigentes com caridade".

1 SOCIEDADE DE ADVOGADOS - DENOMINAÇÃO SOCIAL - REGISTRO DE "MARCA NOMINATIVA" NO **INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL - IMPOSSIBILIDADE - COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DA OAB - INTELIGÊNCIA DO § 1º DO ART. 15 E DO § 3º DO ART. 16, AMBOS DO EOAB - MARCA NÃO REGISTRÁVEL - ART. 124, XV, DA LEI Nº 9.279/96 - GARANTIA DE ORIGINALIDADE JÁ PREVISTA NO ART. 7º DO PROVIMENTO Nº 112 DO CONSELHO FEDERAL DA OAB. (...) Ademais, uma vez que a razão social das sociedades de advogados deve ser composto, obrigatoriamente, pelo nome do advogado responsável, no mínimo, impossível seu registro no **INPI**, uma vez que a Lei nº 9.279/96 impede o registro, como marca, do nome civil, nome de família ou patronímico. Por fim, a garantia de originalidade do nome das sociedades de advogados já encontra guarida no art. 7º do Provimento nº 112 do CFOAB, sendo desnecessário que se recorra ao seu registro em outro órgão, que não a OAB. Proc. E - 4.147/2012 - v.u., em 19/07/2012, do parecer e ementa do Rel. Dr. JOSÉ EDUARDO HADDAD - Rev. Dr. GUILHERME FLORINDO FIGUEIREDO - Presidente Dr. CARLOS JOSÉ SANTOS DA SIL-**

VA.

2 "Se os próprios sócios, ou principalmente os sócios, operam diretamente o objeto social, exercendo eles mesmos a produção de bens, ou a sua circulação, ou a prestação de serviços, o que se tem é uma sociedade simples. A empresa existe quando as pessoas coordenadas ou os bens materiais utilizados, no concernente à produção ou à prestação de serviços operados pela sociedade, suplantam a atuação pessoal dos sócios" BORBA, José Edwaldo Tavares. Direito societário. 13ª Edição revista e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2012, p. 17.

3 Dados disponíveis em <https://www.oab.org.br/institucionalconselhofederal/quadroadvogados>, acessado em 15/1/23.

4 OAB-MG, Resolução 007/2020 - Tribunal de Ética e Disciplina. Cartilha: "10- O aplicativo 'tik tok' e/ou similares de entretenimento, por não guardarem a sobriedade necessária para o exercício da advocacia, não são ferramentas adequadas para a publicidade profissional".

5 Provimento 205/2021 da OAB Nacional: "Art. 3º A publicidade profissional deve ter caráter meramente informativo e primar pela discrição e sobriedade, não podendo configurar captação de clientela ou mercantilização da profissão, sendo vedadas as seguintes condutas: § 1º Entende-se por publicidade profissional sóbria, discreta e informativa a divulgação que, sem ostentação, torna público o perfil profissional e as informações atinentes ao exercício profissional, conforme estabelecido pelo § 1º, do art. 44, do Código de Ética e Disciplina, sem incitar diretamente ao litígio judicial, administrativo ou à contratação de serviços, sendo vedada a promoção pessoal".

6 TJSP, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Des. Natan Zelinschi de Arruda,

AC1125922- 30.2020.8.26.0100, DJ 22/11/22.

7 "Assim, o que fora utilizado pela corré (...) fazendo referência exclusiva à empresa (...), não configura irregularidade, mesmo porque, não se trata de concorrente da empresa aérea, mas, ao contrário, é prestadora de serviços, ou seja, exerce a capacidade postulatória, conseqüentemente, a referência sobre o nome da empresa não é em decorrência da empresa em si, mas de seus funcionários ou ex-funcionários" TJSP, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Des. Natan Zelinschi de Arruda, AC1125922-30.2020. 8.26.0100, DJ 22.11.2022. Tal entendimento é corroborado pela doutrina clássica: ROUBIER, Paul. *Droits Intellectuels ou Droits de Clientèle*. Paris: Editora Siney, 1935, p. 54.

8 "A utilização por parte da apelada (...) em busca de clientes, ou seja, funcionários ou ex-funcionários da empresa autora (...) efetivamente demonstra deslealdade no exercício da advocacia, porém, apresenta-se insuficiente para dar respaldo à pretensão da recorrente" TJSP, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Des. Natan Zelinschi de Arruda, AC11259 22-30.2020.8.26.0100, DJ 22/11/22.

9 BARBOSA DE OLIVEIRA, Rui Caetano. *Oração aos Moços*. São Paulo: Hedra, 2009, p. 74.

Pedro Marcos Nunes Barbosa Sócio de Denis Borges Barbosa Advogados. Coursou seu Estágio Pós-Doutoral junto ao Departamento de Direito Civil da USP. Doutor em Direito Comercial pela USP, Mestre em Direito Civil pela UERJ e Especialista em Propriedade Intelectual pela PUC-Rio. Denis Borges Barbosa Advogados Ronaldo Cramer Sócio de Nunes Ferreira, Vianna Araújo, Cramer, Duarte Advogados e Professor do Departamento de Direito da PUC-Rio.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3

Pirataria

3

Marco regulatório | INPI

5, 8

Patentes

5, 7

Propriedade Industrial

8